

A universidade e o racismo institucional: trajetórias acadêmicas dos estudantes negros em Coimbra/Lisboa

The university and institutional racism: academic trajectories of black students in Coimbra/Lisbon

El racismo universitario e institucional: trayectorias académicas de estudiantes negros en Coimbra/Lisboa

Recebido em 15-02-2022

Modificado em 30-04-2022

Aceito para publicação em 08-08-2022



<https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i2.39245>

50

 **Marcus Vinicius Spolle**

Professor Adjunto do curso de graduação em Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Foi Investigador Visitante do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Pesquisa na área de Sociologia, com ênfase em Relações Raciais. E-mail: marcus.spolle@ufpel.edu.br

Resumo

O intuito deste artigo é apresentar os resultados do projeto de pesquisa sobre as trajetórias de estudantes negros da Universidade de Coimbra e do Instituto Politécnico de Lisboa. O projeto aborda as situações escolares vividas por estes estudantes, no sentido de identificar as dificuldades ou facilidades que encontraram ao buscar se inserir no processo educacional, além de possíveis ocorrências de adstrições ou racismo institucional. A metodologia desenvolvida na pesquisa foi a qualitativa, realizada a partir das trajetórias de vida dos estudantes. Os dados foram coletados por meio de entrevistas roteirizadas e semiestruturadas, tendo como foco, principalmente, as disposições acionadas pelos atores para garantir o seu espaço escolar e estudantil. Em termos de construção conceitual teórica, foi mobilizada a ideia de racismo institucional. Nas narrativas dos alunos entrevistados, percebe-se que as formas de discriminação racial dentro do espaço acadêmico estão travestidas pelo formalismo, pela indiferença e pelo pré-julgamento das capacidades cognitivas dos alunos negros e não portugueses.

Palavras-chave: Racismo institucional; Estudantes negros; Universidade de Coimbra.



Introdução

Este artigo apresenta resultados preliminares da pesquisa desenvolvida pelo pesquisador como Investigador Visitante no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra¹, cujo objetivo foi analisar os impactos do racismo institucional sobre a vida dos estudantes negros, migrantes, dentro da instituição.

A intenção inicial da proposta era comparar as ações políticas de ações afirmativas para combater o racismo entre o Brasil e Portugal. No entanto, logo se constatou que não seria possível realizar tal comparação, pois as ações afirmativas em Portugal estão relacionadas somente às questões de gênero, sexualidade e deficiência, deixando de fora as questões raciais. A principal dificuldade seria quantificar racialmente a população portuguesa, já que as variáveis raça/cor não são levantadas pelo censo, impossibilitando, assim, qualquer comparação.

A partir desta constatação, foi necessário repensar este problema. Logo, a primeira indagação que emerge é justamente entender a ausência dessa coleta e qual o significado disso em Portugal. Ou seja, afinal, em Portugal não existe racismo? Da mesma forma, cabe perguntar: nas universidades portuguesas, *loci* da razão, da ciência, da impessoalidade, onde a ação racional em relação a fins – segundo Weber (2001) – é preponderante, não existiria racismo?

Com essas novas indagações, o objeto de pesquisa foi direcionado para a questão do racismo institucional na Universidade de Coimbra, refletindo sobre se as práticas docentes, e as relações entre discentes não estão isentas da discriminação.

Do mesmo modo, a metodologia também foi redirecionada e reformulada dos censos para a pesquisa sobre as trajetórias acadêmicas dos estudantes negros, migrantes em Portugal, com foco, principalmente, na problemática do racismo institucional.

A discussão sobre racismo e antirracismo no Brasil e em Portugal: trajetórias distintas

Diferente de Portugal, a discussão acadêmica sobre a questão da existência do racismo e da desigualdade racial no Brasil não é mais contestada pela sociedade brasileira, porém, as formas de combate ao racismo sim, e continuam gerando polêmicas e reações antitéticas.

Segundo Sergio Costa (2006), existe uma corrente que se identifica como *antirracista igualitarista*, a qual prioriza a construção de uma ordem social justa, proporcionando igualdade de oportunidades a toda população, independente das características físicas individuais. Assim,

¹ A pesquisa foi desenvolvida no CES pelo autor, do segundo semestre de 2020 ao primeiro trimestre de 2021, no Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE), da linha de pesquisa (Anti-)racismo, Colonialismo e Pós-colonialismo.

as desigualdades sociais seriam de classe e não de raça, podendo ser resolvidas com o desenvolvimento econômico, que acabaria com esta herança da escravidão.

Por sua vez, a segunda corrente, intitulada *antirracista integracionista*, quer combater o racismo através de ações afirmativas, preservando as identidades existentes no interior da ordem social, marcada pela oferta de convivência e integrações efetivas aos diferentes grupos de cor, atribuindo, assim, um valor negociável à particularidade cultural, destacando o poder da cultura para proporcionar a inclusão.

Estas concepções teóricas têm influenciado a sociedade civil brasileira e, conseqüentemente, as formas de como o Estado pode atuar nas questões referentes às desigualdades e promover a equidade, bem como produzir diagnósticos sobre a questão, a partir da elaboração de dados, que podem subsidiar as políticas de ações afirmativas.

O avanço das políticas de ações afirmativas fortaleceu a corrente antirracista integracionista, no final do século XX e no início do XXI. Este fortalecimento se deu, principalmente, através das vitórias alcançadas pelo movimento negro unificado.

Já no caso de Portugal, as propostas de ações tomaram outro rumo. Segundo Adriana Rulli (2019), a discussão sobre igualdade e equidade na sociedade portuguesa entre os diferentes grupos sociais e, conseqüentemente, as ações afirmativas correspondentes, ainda estão restritas à discussão de gênero, sexualidade e classe.

Além dessas ações, no âmbito da educação, há os regimes especiais de acesso e ingresso ao ensino superior destinados a estudantes que reúnem condições habilitacionais e pessoais específicas, regulamentados pelo decreto Decreto-Lei nº. 393-A/99, do Ministério da Educação de Portugal. O Art. 3 do referido decreto discrimina os casos em que o regime se aplica:

- a) Funcionários portugueses de missão diplomática portuguesa no estrangeiro e seus familiares que os acompanhem;
- b) Cidadãos portugueses bolseiros no estrangeiro ou funcionários públicos em missão oficial no estrangeiro e seus familiares que os acompanhem;
- c) Oficiais do quadro permanente das Forças Armadas Portuguesas, no âmbito da satisfação de necessidades específicas de formação das Forças Armadas;
- d) Estudantes bolseiros nacionais de países africanos de expressão portuguesa, no quadro dos acordos de cooperação firmados pelo Estado Português;
- e) Funcionários estrangeiros de missão diplomática acreditada em Portugal e seus familiares aqui residentes, em regime de reciprocidade;
- f) Atletas praticantes com estatuto de alta competição ou integrados no percurso de alta competição a que se refere o Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 123/96, de 10 de agosto, regulado pela Portaria n.º 947/95, de 1 de agosto;
- g) Naturais e filhos de naturais do território de Timor Leste (PORTUGAL, 1999).

Apesar deste tipo de ação afirmativa para educação abarcar os alunos imigrantes de países africanos, o dispositivo não se relaciona à questão racial propriamente dita, deixando de fora os estudantes negros nascidos em Portugal.

As discriminações e desigualdades raciais ainda estão fora da Constituição e mesmo das ações de Estado. Além disso, não há no censo português a mensuração da variável raça/cor, dado que deveria ser incorporado em 2020, uma reivindicação de associações de afrodescendentes, para dar visibilidade aos números das desigualdades em Portugal (Araújo, 2020). Sem esse dado, não é possível mensurar os processos de desigualdades ligados à questão racial, e, conseqüentemente, promover qualquer tipo de política pública, como ações afirmativas raciais.

Para Pereira e Araújo (2017:146), a influência de Gilberto Freyre na construção da ideia do Lusotropicalismo, principalmente a partir dos anos 50, fortaleceu a concepção de uma

Portugal multi-continental e multirracial, devidamente adaptadas ao contexto político da altura, permitiam afirmar a vocação particular do povo português para o relacionamento amigável com os povos dos trópicos, o encontro e miscigenação de culturas, assim como o não-racismo, noções ancoradas numa narrativa do colonialismo português como sendo de certa forma benevolente.

Se em Portugal o pensamento de Freyre gerou a vertente lusotropicalista, no Brasil, suas ideias influenciaram a construção da noção de paraíso racial, difundida a partir da ideologia da democracia racial, na década de 1930, o que imobilizou as reivindicações de políticas afirmativas até os anos 1980 – o que pode também explicar a não existência de ações afirmativas em Portugal ligadas às questões raciais.

As mudanças desta perspectiva imobilista só passariam a se concretizar no Brasil a partir das mobilizações sociais desencadeadas pelo processo de redemocratização e da nova Constituição Federal de 1988, em especial o movimento negro, a partir de uma perspectiva antirracista integracionista.

Cristina Matos e Marta Araújo (2016:15) argumentam que, em Portugal, a questão racial não tem gerado uma política de ações afirmativas, pois

(...) a posição do Estado português tem sido a de tratar o racismo como um fenómeno marginal, justificando-o através da invocação das teses lusotropicalistas sobre uma identidade nacional histórica particularmente ajustada para lidar com a diferença (...). A recusa da publicação de dados oficiais sobre as desigualdades étnico-raciais configura-se, assim, como uma estratégia política que sustém a possibilidade de tal posição.

Assim, a questão das ações afirmativas raciais em Portugal só poderá ser reivindicada pela população negra portuguesa, depois que o censo medir o tamanho e as condições socioeconômicas dos diferentes grupos raciais.

Frente a essa incógnita sobre a situação racial em Portugal, a proposta desta pesquisa é levantar, de maneira qualitativa, as trajetórias de vida de negros dentro da Universidade de Coimbra, trabalhando com as situações escolares vividas por estes estudantes, levantando as dificuldades ou facilidades destes em conseguir se inserir no processo educacional, além de possíveis ocorrências de adstrições ou racismo institucional.

Racismo institucional

Quando discute o processo de racialização no Ocidente, Barnor Hesse (2004) ressalta o importante papel da UNESCO na desconstrução do conceito de raça. Essa desconstrução foi estabelecida após o horror causado pelo holocausto judeu durante a Segunda Guerra, como também pela permanência de Estados em que o racismo era oficialmente institucionalizado, como o caso da Lei Jim Crow nos Estados Unidos, e o Apartheid na África do Sul. Para isso, a UNESCO patrocinou estudos que criaram a noção de etnia, no intuito de apagar a relação racializada do capitalismo e do colonialismo europeu sobre povos americanos, africanos e orientais. Como afirmam Araújo e Maeso (2019:459):

O racismo foi associado ao Holocausto [...] apagando as formas rotineiras de governamentalidade racial desenvolvidas pelos diversos projetos coloniais europeus. “protocolo silencioso sobre raça” pretendeu conter a “reação” ao racismo mais do que combater este fenómeno histórico e político.

A partir dessas ações da UNESCO, naturalizou-se a ideia de que, na modernidade, as instituições racionais do Estado não são racializadas e que as leis são neutras e isentas de racismo. A sociedade e as instituições são exoneradas de qualquer forma de racismo, sendo entendidas como o lugar da democracia, da tolerância e dos direitos humanos (Goldenberg, 2006).

Assim, a partir de 1950, a UNESCO fortalece a condenação da ideia de raça e, conseqüentemente, reforça o silenciamento da discussão racial, além do fortalecimento da invisibilidade do racismo na Europa, através da substituição do conceito raça por etnia (Lentin, 2008). Segundo a autora:

Isso fica evidente na solução proposta pelo projeto da UNESCO, que, embora negue a validade científica da raça, reconhece a importância de ser capaz de explicar a diferença humana. Particularmente à luz do aumento da imigração europeia de entrada após a Segunda Guerra Mundial, a experiência de primeira mão de não-europeidade, (...) a Raça voltou para casa, mas não podia ser conhecida como tal. Antropólogos defenderam que termos como etnia e cultura substituíssem os de raça e que o etnocentrismo fosse usado no lugar do racismo (Lentin, 2008:496).

Assim, para Lentin (2008), essa solução da UNESCO, continua dando ênfase no processo de racialização, mesmo quando rejeita o significado biológico da raça. Esse processo, no entanto, continua a definir raça em termos de significantes, como cor de pele. Em outras palavras, a raça continua sendo exclusivamente sobre o Outro, agora na lógica etnocentrista.

Anibal Quijano (2009) questiona a visão iluminista da modernidade, afirmando que o racismo estaria vinculado ao próprio processo de modernização e de colonização, que racializa não só a organização social, mas também a divisão social do trabalho, subalternizando grupos indígenas e negros.

A 'racialização' das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do carácter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjectivo. Ou seja, da sua colonialidade. Converteu-se, assim, no mais específico dos elementos do padrão mundial do poder capitalista eurocentrado e colonial/moderno e atravessou – invadindo – cada uma das áreas da existência social do padrão de poder mundial, eurocentrado, colonial/moderno (Quijano, 2009:107).

Apesar da pretensa proposta de universalidade, tolerância e humanidade das instituições do Estado na contemporaneidade, o processo de racialização, enquanto forma hegemônica, ou o chamado racismo institucional, continua presente no Estado capitalista.

Para Goldberg (2002), o Estado moderno nunca foi simplesmente um epifenômeno ou um conduto do capital, mas tem se valido fortemente dessas possibilidades raciais, como a regulamentação da migração e a imigração, tendo em mente a oferta e os custos da mão de obra, moldando assim a interação social e, particularmente, a sexual, com o controle do crime, sobretudo em relação aos direitos de propriedade. Assim, o autor denomina o Estado capitalista como Estado Racial (Goldberg, 2002).

Nos anos 60, Carmaichael e Hamilton (1967:5), discutiam a diferença entre o racismo individual e institucional, principalmente, evidenciando a invisibilidade do segundo:

O racismo é tanto aberto quanto encoberto. Assume duas formas intimamente relacionadas: os brancos individuais agindo contra os negros individuais e os atos da comunidade branca total contra a comunidade negra. Chamamos isso de racismo individual e racismo institucional. A primeira consiste em atos ostensivos de indivíduos, que causam morte, lesão ou destruição violenta de propriedade. Este tipo pode ser gravado por câmeras de televisão; pode frequentemente ser observado no processo de comissão. O segundo tipo é menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem os atos. Mas não é menos destrutivo da vida humana. O segundo tipo se origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e, portanto, recebe muito menos condenação pública do que o primeiro tipo.

Guimarães (1999:172) também aponta essa mudança conceitual nas ciências sociais, fortalecendo a ideia de racismo institucional como mecanismo que age dentro dos sistemas sociais:

Interessante que, por volta dos anos 60, também a ciência social começa a abandonar os esquemas interpretativos que tomam as desigualdades raciais como produtos de ações (discriminatórias), inspiradas por atitudes (preconceitos) individuais, para fixar-se no esquema interpretativo que ficou conhecido como racismo institucional, ou seja, na proposição de que há mecanismos de discriminação inscritos na operação do sistema social e que funcionam, até certo ponto, à revelia dos indivíduos.

Ao investigar a genealogia do conceito de Racismo institucional, Hesse (2004:144) tenta sintetizar, entre as diversas concepções, a que mais questionaria as lógicas raciais construídas pelo ocidente eurocentrado:

O racismo institucional é mais bem descrito como um conceito descolonial que encontra suas preocupações nas inadequações obscuras da descolonização ocidental e nas continuidades rejeitadas de suas práticas liberais / coloniais. É importante voltar nossa atenção ao exame da relação entre colonialidade ocidental, democracia e racismo.

Essa versão sobre as instituições viria a questionar a neutralidade do Estado contemporâneo como o *locus* da cidadania, assim como os espaços institucionais, como universidades, que comumente são caracterizados como racionais e democráticos, mas que, na verdade, não estão isentos do processo de racialização.

Dentro da mesma perspectiva, Almeida (2019:29-30) apresenta o conceito a partir na noção de hegemonia:

No racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas.

Tal concepção, em termos metodológicos, será utilizada para organizar a problemática deste estudo. Assim, a pesquisa ora apresentada busca verificar se ocorrem situações escolares em que tenham ocorrido adstrições, para analisar se uma instituição – dominada por brancos – impõe aos alunos negros e não portugueses um horizonte civilizatório.

Essa imposição torna-se mais relevante, principalmente, no caso de Coimbra, uma universidade europeia fundada em 1290, a mais antiga do país e uma das mais velhas do mundo. Sua “cultura, padrão estético e práticas de poder” foram sedimentados ao longo de 730 anos, assegurando a manutenção da hegemonia de uma elite banca, benevolente, conforme a narrativa “lusotropicalista”, tanto em Portugal como nas suas colônias.

No site da Universidade de Coimbra, o bloco do segmento histórico traz a informação da data de sua fundação, que remonta a 1290, uma das mais antigas do mundo. Ressalta ainda que foi tombada pela UNESCO, pelo patrimônio material e imaterial, em 2013. Por sua vez, a consulta ao bloco do segmento Internacional, apresenta o seguinte dizer:

A Universidade de Coimbra (UC) afirma-se cada vez mais como uma *universidade global*, aberta à *cooperação com parceiros de diversas partes do mundo*, que *partilham objetivos comuns* no campo do ensino, da investigação e do desenvolvimento. Esta visão reflete-se na sua *estratégia de internacionalização* abrangente que visa aumentar a capacidade e a *visibilidade* do contributo da UC na resolução de problemas globais e no desenvolvimento de sociedades mais justas e sustentáveis [grifos no original].²

No texto acima, para se apresentar como universidade global, o discurso enfatiza a cooperação com parceiros de diversas partes do mundo e o partilhamento de objetivos comuns. Isso pode justificar a existência de 20% de estrangeiros, dentro do quadro de alunos matriculados, constituindo um ambiente de “multiculturalidade”, como consta em outro trecho do mesmo segmento.

Quando se compara este discurso com os relatos dos alunos estrangeiros, apresentados neste trabalho, evidencia-se um desacordo com a ideia de parceria desejada e poder-se-ia questionar se realmente é objetivo comum da comunidade acadêmica da universidade a abertura internacional.

Dentro deste ambiente, cabe refletir o despreparo de alguns professores no acolhimento e na relação profissional com esses estudantes estrangeiros. Hoje, enquanto universidade internacional, até que ponto Coimbra continua a reproduzir, institucionalmente, a lógica civilizatória europeia para os alunos não europeus?

Alguns estudos sobre a questão do racismo em Portugal têm focado mais em evidenciar as causas do racismo. Nesse sentido, levantam variáveis explicativas sobre o tema, como a relação entre racismo e o etnocentrismo, a intolerância; ou a relação do racismo flagrante e o sutil, (Vala, Brito e Lopes, 2015), pesquisas quantitativas, de linha mais psicológica e comportamental, não focando nas questões do racismo institucional, mas sim nas concepções pessoais racistas.

Em seu estudo sobre racismo e xenofobia, Rosa Cabecinhas (2008) já evidencia as novas formas de representação estereotipada que os portugueses têm sobre os imigrantes africanos:

Ao nível dos conteúdos dos estereótipos verifica-se igualmente a herança das velhas dicotomias coloniais. Um conjunto de estudos sobre estereótipos dos portugueses sobre os imigrantes africanos residentes em Portugal, demonstram que ‘novos estereótipos’ são aparentemente mais positivos, mas escondem uma flagrante constância da ideologia subtilmente perdura: as dimensões mais valorizada nas sociedades ocidentais (autonomia, individualidade, competência, responsabilidade) são atribuídas ao grupo dominante, mas continuam a ser negadas aos imigrantes africanos, cuja representação permanece, com forte ligação à ‘natureza’ (Cabecinhas, 2008:173).

Apesar desses estudos evidenciarem as velhas concepções da hegemonia civilizatória do povo português em relação aos imigrantes africanos, na forma de racismo ou xenofobia, se

² Informações disponíveis em <https://www.uc.pt/internacional/estrategia/talento>

diferenciam desta pesquisa, por não trazerem a concepção ou a perspectiva de quem sofre com a indiferença institucional, camufladas em ações racionais, impessoais, que imprimem aos negros e estrangeiros diferenciações discriminatórias. Por mais que apresentem a continuidade ou transformação do racismo e da xenofobia, essas análises isentam as instituições, focando no indivíduo, na excepcionalidade, como se elas fossem aparelhos racionais e burocráticos neutros.

As manifestações cotidianas passam despercebidas pelas instituições, a partir do momento em que estas formas organizacionais são caracterizadas como isentas de valores racistas.

Metodologia: as trajetórias dos estudantes negros em Coimbra/Lisboa

Em termos metodológicos, esta é uma pesquisa qualitativa, realizada a partir das trajetórias de vida dos estudantes, utilizando-se de entrevistas roteirizadas e semiestruturadas. Tem como foco, principalmente, as disposições acionadas pelos atores para garantir o seu espaço escolar e estudantil.

Ao analisar a trajetória de vida dos(as) estudantes, pretendeu-se investigar, em termos teóricos, de que maneira as disposições dos atores sociais podem modificar as diversidades das práticas e como isso pode trazer implicações nas mudanças das perspectivas identitárias desses indivíduos. Nesse sentido, para a interpretação das entrevistas, utilizou-se o conceito de *disposição*, trabalhado por Bernad Lahire, (2004), que pode auxiliar na identificação dos princípios que geraram as diversidades das práticas. É importante ressaltar, nesse sentido, que a noção de disposição só é possível a partir da observação de uma série de comportamentos, atitudes e práticas.

Nesse sentido, a forma como Lahire (2001; 2005) desenvolve a sua sociologia disposicional difere de uma visão em que as disposições estão vinculadas ao *habitus* (Bourdieu, 2007), o que abre a possibilidade de mudança das trajetórias de vidas, a partir de escolhas de práticas e de redes, as quais irão reverberar nas suas identidades e na construção de novas trajetórias.

Para Lahire, o conceito de disposição está relacionado à ideia de recorrência de uma série de acontecimentos e de práticas. No caso desta pesquisa, serão analisadas as situações geradas pelas restrições na referida instituição de ensino, quando houver, e, neste caso, as estratégias para contorná-las. Do mesmo modo, serão analisadas as diferentes tentativas disposicionais que possam oportunizar a possibilidade de mudança de comportamentos e práticas, que impliquem a reformulação das estratégias em termos de redes e ações dos entrevistados.

É importante ressaltar que o método qualitativo adotado não busca generalizações, mas sim averiguar como os indivíduos respondem e sentem o racismo, seja ele institucional e/ou estrutural, uma vez que a análise visa à reapropriação individualizada de totalidades sintéticas.

Dessa maneira, para realizar a seleção da amostra, foi utilizado como critério a técnica da “Bola de Neve”, em que os indivíduos entrevistados indicam outros.

Quanto ao tamanho da amostra, o critério utilizado foi de saturação, ou seja, quando as respostas dos entrevistados começam a se repetir. Além disso, teve-se o cuidado de garantir a diversificação da amostra sobre diferentes aspectos: entrevistar homens e mulheres; distintos cursos (exatas/humanas); estudantes oriundos de espaços diversos (África, Brasil, Portugal); assim como diversificar tempos, investigando as diferentes fases do ensino (fundamental, secundário e superior).

Assim, foram entrevistados 17 estudantes (9 homens e 8 mulheres) da Universidade de Coimbra (9 estudantes) e do Instituto Politécnico de Lisboa (8 estudantes) dos seguintes cursos: Relações Internacionais, Direito, Psicologia, Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Alimentos, Enfermagem; das seguintes origens: Brasil, Angola, Guiné Bissau e Cabo-Verde; e em diferentes níveis de formação: 2 de doutorado, 3 de mestrado e 12 de graduação.

A investigação sobre o racismo na vida destes estudantes foi organizada a partir de entrevistas semiestruturadas sobre o racismo institucional, nas suas três dimensões, dentro da Universidade: professores, estudantes e funcionários.

É importante lembrar que esta metodologia foi desenvolvida em virtude da falta de dados oficiais para evidenciar o racismo na vida dos estudantes negros em Portugal, com objetivo de averiguar os efeitos dos processos de racialização institucional e estrutural na vida dos estudantes negros.

Deste modo, o ensejo foi mostrar a existência do racismo institucional nas Universidades de Coimbra e de Lisboa, assim como verificar como os estudantes lidam com essa questão e como constroem suas identidades.

Discriminação e racismo na Universidade de Coimbra/Lisboa (Instituto Politécnico)

Os resultados da investigação sobre o racismo na vida dos estudantes da Universidade de Coimbra/Lisboa (Instituto Politécnico) foram organizados a partir de entrevistas semiestruturadas sobre o racismo institucional, nas suas três dimensões: relação dos alunos negros com a instituição e seus funcionários; relação entre os alunos negros e professores, em

sala de aula; e relação entre os estudantes negros e estudantes portugueses, em sala de aula e na residência estudantil.³

a) **Relação dos alunos negros com a instituição e seus funcionários**

Muitos entrevistados afirmam terem dificuldades para conseguirem informações sobre serviços básicos, a exemplo das disciplinas que devem ser cursadas. Além disso, estranham o tratamento distante recebido, quando se referem à frieza proposital no atendimento, que gera desinformação, pois impede o esclarecimento de dúvidas.

A dificuldade de comunicação já se inicia no cumprimento diário, pois uma reclamação que se repete nos depoimentos é que os estudantes não recebem retorno dos funcionários ao simples “bom dia”. Cabe ressaltar que, ao fazerem esse comentário, os depoentes costumam comparar – principalmente os africanos – com a maneira mais calorosa e intensa das relações sociais cotidianas nos seus países de origem, mesmo entre pessoas não tão próximas.

Para ilustrar essa relação, o depoimento abaixo de um aluno angolano ajuda a entender melhor o estranhamento entre as duas partes:

Olha, eu já senti uma vez uma senhora da limpeza, eu senti não uma vez, mas várias vezes, quando eu estiveres a subir os degraus para ir para minha sala, se ela tivesse mesmo a subir também, ela fazia uma cara muito feia, de trancar a cara, fazia uma cara assim feia e, depois dava um suspiro, como que algo que ela não gostou. E, depois, numa segunda vez, eu percebi de novo.

[Toda vez que você passava por ela, ela fazia isso?]

Fazia aquele gesto. E, uma vez, eu percebi que ela estava a limpar, pois ela pôs aquelas barreiras para as pessoas não circular, mas acontece que naquele dia eu tinha frequência, eu só tinha três minutos para entrar na sala de aula, se eu esperasse até o chão secasse para eu passar. Então, eu cheguei a ir e eu disse assim a ela: – ‘Bom dia (eu saudei), eu tenho que passar, porque agora eu vou ter uma frequência.’ A senhora não me respondeu a minha saudação e apenas olhou para mim e gritou ‘–Pode passar, tá me deixando cheia disso!’ Mas, aquilo ‘cheia disso’, eu não sei se é cheia de mim, se era do trabalho que ela estava fazendo, que ela nunca gostou de ser uma trabalhadora de limpeza, eu não sei. ‘– Pode passar, está me deixando cheia disso!’. E eu não respondi, porque sabia que era mal feito dela, então é mais ou menos isso (Entrevistado 5).

A situação acima descrita é interessante, porque intersecciona a questão do racismo institucional com a questão do preconceito de classe, ou seja, parece que a funcionária não aceita servir um aluno negro e estrangeiro, mostrando desprezo e indignação no trato com o aluno.

Outra questão muito citada nos depoimentos é a cobrança diferenciada de propinas para os alunos estrangeiros:

³ O estudo foi feito no período pandêmico. As três primeiras entrevistas, em Coimbra, foram feitas de maneira presencial. Com o agravamento da Pandemia no final de novembro, as demais entrevistas foram feitas de maneira remota.

Eu vejo em termos, só que eles falam que as propinas é que o Estado propôs e eles não têm como mudar isso, mas as propinas são altas. O fato de eu estar na residência e ter que pagar um preço diferente por um português e o dobro, isso já me fica [...]. Se fosse 50% é muito também, acho que se fosse 20/30% do valor é uma coisa, pagar o dobro, uma condição que eu vivo igual a um português (Entrevistada 10).

Ao consultar o site da Universidade de Coimbra, observou-se que as reclamações dos entrevistados procedem, dado que o valor da propina para o estudante estrangeiro é o dobro do valor cobrado aos estudantes nacionais. Na mesma página de internet, no setor de “principais dúvidas”, há um *link* intitulado “Por que a diferença entre estudantes nacionais e internacionais?”:

A legislação portuguesa relativa ao financiamento das instituições de ensino superior (IES) aplica-se a estudantes nacionais ou equiparados. Contudo, foi deixada a cada instituição a decisão de alargar a estes estudantes a possibilidade de realizarem planos de regularização de dívidas, ainda que com restrições. A UC optou naturalmente pelo alargamento desta facilidade mediante condições ajustadas a estes estudantes.⁴

Como pode ser observado na justificativa dada pela Universidade de Coimbra, a explicação dada à existência de diferença de valores não é muito clara, pois o enunciado não esclarece os critérios utilizados para o cálculo do valor fixado para os alunos internacionais, mencionando apenas que a legislação portuguesa libera para que cada instituição decida os valores.

Essa diferença, ressalta-se novamente, mostra que, apesar da ênfase da universidade em se mostrar preocupada com o processo de internacionalização, não está sensível às principais reclamações dos alunos estrangeiros. O que de certa forma fortalece a ideia de uma diferenciação entre o tratamento dado aos de nacionais (incluindo alunos da união europeia) e estrangeiros (não europeus).

b) Relação entre alunos negros e professores, em sala de aula

A reclamação mais citada pelos entrevistados, no que se refere à relação professor aluno, faz referência ao problema da fala e da escrita da língua portuguesa. Este problema foi identificado por Araújo (2018), que o nomeou com a denominação colonial de “Pretoquês”. O uso desse termo gera naturalização do racismo no âmbito da educação, enquanto indicador da capacidade cognitiva desses alunos. A autora afirma que é uma forma “de como a língua é invocada para sustentar distinções raciais, ao mesmo tempo que se mascara o uso de critérios raciais para definir o sucesso acadêmico” (Araújo, 2018:21). Na década de 1980, Lélia Gonzalez

⁴ Disponível em https://www.uc.pt/academicos/FAQs/propinas/FAQ_PR

(1988:70) também usou esse termo como forma de resistência do negro à cultura branca europeia:

O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos ‘crioulos’ do Caribe).

Muitos alunos reagem a esse problema denunciando-o como uma atitude colonialista de alguns professores, conforme aparece na fala de uma das entrevistadas:

Nem todos os professores fazem isso, o que eu sinto e que me irrita muito e que me faz [...] é a não linguística, os professores implicam muito com a nossa maneira de falar, tanto dos brasileiros quanto dos angolanos, nós lusófonos fora de Portugal, nós falamos mal o português e os professores fazem questão de colocar isso na cabeça dos estudantes e falam mal. Às vezes não é porque nós queremos, mas é porque nós falamos assim e nós também temos a nossa história, do próprio português, então você vai chegar e me corrigir como se eu não tivesse história nenhuma? (Entrevistada 10).

A associação da raça à capacidade cognitiva acaba influenciando no desempenho acadêmico, pois alguns professores nem avaliam o conteúdo, por causa do problema da forma, como mostra o depoimento abaixo:

[E, a questão do conteúdo, fica meio de lado, né?]
Sim, nem é muito o conteúdo, é mais a forma de como tá escrita e será que está certo, porque é o que eu mais senti quando eu fiz o trabalho no segundo ano com as duas colegas, é que aquilo mesmo me irritou profundamente, elas simplesmente alteraram o que estava certo, sem motivos! Simplesmente sem motivos, elas alteraram porque lhes apeteciam (Entrevistada 8).

Segundo os relatos, alguns professores consideram os alunos negros e estrangeiros sempre como médios. Por mais que se esforcem, nunca conseguem uma nota acima da média:

Ou seja, tu faz o trabalho, imagina quando faz um trabalho, tu faz a tua parte e tu mandas, tem a plena consciência que eles vão olhar para aquela tua parte. Duas, três, quatro, cinco até se fartarem, só à procura de erros e de coisas fossem ficar parecidas com o que eles escrevem, porque pra eles o que eles fazem é melhor. E, também, é coisa que nós já notamos, por exemplo, eu já peguei o trabalho, peguei o trabalho, eu e minha colega, nós notamos que se formos todos negros num grupo, a nota vai ser 10.⁵
[De antemão?]
Vai ser 10, vai ser nota média, se tu meteres um português, dois, assim, se não for única negra já sobe um pouquinho. Ou se for nós mesmo assim, um 10 básico. Tanto é que nós fomos reclamar uma vez para o professor. O professor elogiou muito o trabalho: ‘– Ah, está muito bonito nãñã, ah está muito bem feito.’ Quando fomos ver a nota... (Entrevistada 8).

Por sua vez, alunos negros dizem que, mesmo quando são reconhecidos por alguns professores, pelo bom desempenho, os docentes transmitem uma ideia racista de excepcionalidade:

⁵ A maior nota que um aluno pode conseguir nas avaliações na Universidade de Coimbra é a nota 20.

[...] há diferenças, um preto bom, até que é um preto inteligente. Quando é que sabes quando um preto angolano ou uma pessoa preta aparece em direito e depois tem uma nota elevada, ok! Afinal, é um preto inteligente, para preto até está bem. É uma conclusão que vem enviesada, que vem comentários muitos sutis, nem dá para reagir no momento, por causa da ausência de uma educação antirracista, ou cultura antifascista que a universidade não está disposta a abraçar, porque abala a estrutura geral do ensino (Entrevistado 4).

No depoimento acima, até mesmo o aluno percebe o racismo institucional e a ausência da implementação de uma educação mais inclusiva e antirracista. Esse tipo de atitude ocasiona o desestímulo para o estudante continuar a se dedicar ao estudo, deixando para os brancos “mais capazes” a oportunidade de prosseguirem na carreira acadêmica. No Brasil, isto também ocorre, pois, apesar das políticas afirmativas, o número de doutores e professores universitários ainda está muito abaixo da proporção de negros no Brasil (Mello, 2021).

Outro tema levantado nas falas é o da invisibilidade dos alunos negros, principalmente quando algum professor não aceita a participação ou menospreza a contribuição na aula dos estrangeiros. Segundo os depoimentos, com o passar do tempo, os alunos deixam de participar:

É assim, no geral, no contexto, porque eu já tou no último ano, né? E, desde o primeiro até o último, eu já senti tipo algumas diferenças no tratamento, tipo de alguns professores. Tínhamos professores, por exemplo, no primeiro ano e por mais que nós tipo, se déssemos a nossa opinião, tipo está perguntando alguma coisa e nós déssemos a nossa opinião, o professor simplesmente ficava tipo não estar nos ouvir e bastar um português falar aquilo que nós falamos, ele já ouvia. (Entrevistada 9).

[Ah é?]

Ele já ouvia e aceitava a opinião e nós ficávamos tipo, sério? Nós estamos aqui à frente, nós estávamos à frente sempre. Nós estamos aqui à frente professor e estamos a falar, a dar o contributo e o professor simplesmente não está nos ouvir. Depois, assim, olha, nós deixamos tipo de participar, mesmo que a gente sabia a gente não respondia, porque já sabíamos que não valia a pena, que o professor não vai nos ouvir. E, pronto, vamos estudar, aprender a cadeira dele e pronto (Entrevistada 9).

Assim, a ideia do racismo institucional ainda tem uma importância na estratégia de manutenção dessa hegemonia, conforme argumentam Clegg *et al.* (2003:9):

A ideia de "racismo" parece particularmente útil, portanto, uma vez que captura as maneiras pelas quais diferentes grupos de escolas e universidades os alunos provavelmente se verão sujeitos a diferentes estereótipos racializados.

Ocorre de maneira como se, aos poucos, os alunos fossem sendo moldados como estudantes medianos, que falam “pretoquês”, e supostamente têm dificuldades cognitivas.

c) **Relação entre os estudantes negros e portugueses, em sala de aula e na residência estudantil**

A maior parte dos relatos dos participantes envolve as relações entre os próprios alunos da universidade. Nas entrevistas, todos fazem alusão às dificuldades de integração, a partir de

atitudes corriqueiras do cotidiano por parte dos estudantes brancos, como não responder aos cumprimentos, ou manter distanciamento físico na sala de aula.

O relato do Entrevistado 5 ilustra de forma constrangedora o que os negros precisam suportar no seu cotidiano para poderem frequentar a universidade: “No primeiro dia, me sentei na cadeira da frente da sala de aula e os portugueses sentaram nas cadeiras de trás. No dia seguinte, fui para trás e eles vieram para frente.”

Até atitudes que hoje pareciam estar totalmente fora do ambiente acadêmico, como piadas racistas, frequentemente são ditas pelos colegas que fazem questão de serem ouvidos. Isso mostra a força do preconceito ainda existente em um espaço que se diz público, racional, de diversidade e tolerância. As piadas racistas são proferidas inclusive em espaços que são reconhecidos como lúdicos e de sensibilidade artística:

[...] eu gosto muito de música, eu sempre fui um cara de conservatório, de escolas de música. Eu entrei no coro misto da universidade, que 90% do coro é português. E aí o racismo é evidente, extremamente evidente, de piadinhas muito racistas, até coisas do tipo:

‘- Posso fazer uma piada racista?’

- Não!

- Como não? Mas fulano é negro e ele deixa.

- Bom, eu sou negro e comigo não!

Ainda a pessoa vem dizer:

- Mas você está falando sério?’

Eles estranham, principalmente, quando é uma pessoa mais esclarecida. E eu já pequi para falar várias vezes sobre racismo nesse coro, que eu senti de algumas piadas. Mas as pessoas não entendem aquilo como racismo. (Entrevistado 3).

Se o aluno ainda suporta as situações cotidianas vexatórias de racismo, na esperança de ser aceito, os problemas se agravam quando essas atitudes influenciam no rendimento acadêmico. É então que o racismo institucional se manifesta para garantir o domínio da branquitude em uma instituição pública.

Os problemas na relação entre os alunos surgem, sobretudo, nos trabalhos em grupo. Neste caso, há o agravante de interferir na prática pedagógica e no rendimento acadêmico dos alunos negros.

Antes de tudo, em geral, os alunos portugueses se recusam a organizar grupos com alunos negros e estrangeiros. Essa dificuldade de integração dos alunos portugueses com os estrangeiros é agravada, segundo os depoimentos, pela convivência de alguns professores:

Não tem mais ninguém e todos eles escolhem-se. O que quer dizer? Ali automaticamente eu já percebo que tem o tom [...].

[E o professor não interfere nisso?]

[Mudança de tom, mais bravo] Não, porque eu me recordo que eu (isto foi algo particular e foi um caso isto lá e neste caso) nesta situação eu fui falar com o professor:

‘- Todo o grupo está constituído, aliás, os grupos estão feitos, mas eu sou o único que não tenho grupo.’ Ele responde: ‘Há te integra ali no meio entre os colegas.’ Eu fui falar com os 4 grupos que existiam e todos já falaram: ‘- Olha, nós já estamos completos.’

Quando alguém fala ‘nós já estamos completos’, então, fazer o quê? E depois, os professores não se importam que eu faça trabalho sozinho. Disse: ‘está bem, faça!’. Mas, se fosse que eles tivessem isso em atenção, devia ter refletido, porque que todos têm grupo e só este aluno é que vai fazer o trabalho sozinho. (Entrevistado 5).

No caso acima, ao propor trabalho em grupo, quando o aluno negro não foi aceito pelos colegas, o professor propõe que a atividade seja individual. A atitude do docente não se contrapõe às ações racistas dos alunos e, de certa forma, coloca o aluno negro na situação de subordinação e inferioridade, o que se configura em discriminação nas atividades didáticas.

Um outro exemplo dado pelo Entrevistado 5 dá sinais de racismo do próprio professor, que reforça a inferioridade de alunos negros e pede para o grupo branco aceitar o estudante negro com a justificativa das dificuldades do mesmo.

É necessário fazer uma reflexão sobre o despreparo de alguns professores para lidar com estas situações, e mesmo da própria instituição, que nega a existência de atitudes racista como essas relatadas. Antes de tudo, cabe ressaltar que, quando a universidade nega a existência do racismo no ambiente acadêmico, ela fortalece o racismo institucional. Especialmente, pois, ao não admitir a existência e gravidade destas situações, fortalece a ideia de que, em um ambiente escolar supostamente pautado pela ciência e pela racionalidade, as atitudes racistas não teriam espaço. Assim, o racismo se dá pela omissão, ou de uma pretensão de que essas atitudes não correspondem ao espaço da universidade.

Mesmo quando ocorre a iniciativa do professor para fazer a interação dos alunos negros, não portugueses, os alunos locais não aceitam a contribuição dos que consideram ser diferentes:

[E a relação, por exemplo, vocês trabalham em grupo essas coisas, como que é?]

Sim, sim. Não tem sido fácil, porque tem muita gente com mente fechada. Eu não sei o que se passa aqui em Portugal, em termos de relações pessoais, os portugueses são muito fechados e eles não querem acordar para essa realidade. Eu já tive dois trabalhos.

[É? O que aconteceu?]

Tive problemas de discutir, porque eu me sentia que eu era excluída, éramos três, mas as duas se comunicavam mais e eu era praticamente excluída. Eu não sabia muito da matéria, mas queria me envolver, mas eu sentia que era excluída e as poucas ideias que eu sabia não eram aceitas e eu estava me sentindo assim. Mas, eu tentei falar um bocadinho, tentei transparecer uma coisa que eu estava a pensar, então vou tentar ajudar e interagir, mas eu senti mais excluída ainda quando eu soube que, apesar de nós termos um grupo que criaram para falar do trabalho, essas pessoas ainda conversavam fora do grupo, coisas sobre o trabalho (Entrevistada 10).

De certa maneira, o aluno é aceito pelo grupo, mas o grupo não aceita suas sugestões, como mostra o relato a seguir:

Era horrível porque, eu me lembro, uma das situações que eu me lembro é que primeiro que não ouvem a tua opinião, tu diz uma coisa e pra eles entra por aqui e sai por ali. Eu me lembro inclusive de um trabalho que eu fiz e eu pus algo, elas simplesmente decidiram trocar, sem me dizer absolutamente nada. Trocaram o que eu pus no trabalho e eu reclamei. ‘– Ah mas, tu não precisas falar a assim, não, não tem nada a vê.’ ‘– Eu

entendo que vocês podem considerar aquilo que eu fiz errado, vocês têm algo melhor por fazer, isso é super, hiper, mega normal, mas vocês têm que me dizer!’

[É claro.]

Têm que me dizer que não concordam com que eu fiz e como que vão trocar, não simplesmente trocar. E, quando chegamos, na sala conversando com o professor, o professor simplesmente pôs, disse que aquilo estava errado e, eu olhei pra elas...eu fiquei tipo: ‘– Estúpidas! Eu simplesmente pus o que tava certo, vocês alteraram o que eu fiz, deu na cabeça, eu não sei.’ Porque uma coisa, elas têm muito o hábito, os alunos aqui têm muito o hábito, às vezes, de copiar de trabalhos anteriores (Entrevistada 8).

No depoimento, a indignação da aluna negra é maior diante da retirada de sua contribuição, sem o seu conhecimento; e o que é pior: descobrir, depois da correção, que a sua contribuição estava correta.

Porém, é importante ressaltar que a premissa deste artigo é discutir o racismo institucional, e não o racismo enquanto atitude individual. Cabe, então, buscar os princípios que norteiam a Universidade de Coimbra para analisar de que maneira essas ações podem ser compreendidas.

O racismo institucional e as Universidades: algumas considerações

Os relatos mostram ações questionáveis, sob a perspectiva multicultural de alguns membros da comunidade universitária em lidar com a questão racial, o que pode gerar situações vexatórias.

Um caso relatado por um aluno estrangeiro e negro, em uma experiência internacional, pode dar uma dimensão dos riscos que a coerência do discurso institucional corre:

No segundo ano, eu começo indo para o MIT, no EUA, e lá eu tinha a comunidade portuguesa, porque eu fui pelo MIT/Portugal, e aí eu entrei na comunidade portuguesa, e aí eu comecei a sentir algumas coisas diferenciadas. Porque eu estava na comunidade portuguesa. E ali eu era exceção. Senti por ser brasileiro e estar sendo patrocinado pelo governo português no MIT, isso era uma coisa que eles não aceitavam, mas era muito engraçado, porque tinha alemão, tinha mexicano, mas era eu que era o problema do MIT/Portugal, mas enfim, problema deles, porque para mim não era muito importante (Entrevistado 3).

O exemplo acima mostra a dificuldade de aceitação, pelos alunos portugueses, de um aluno negro, brasileiro, como representante da Universidade de Coimbra. Vale destacar novamente o texto oficial do site da instituição, segundo o qual um dos objetivos da “estratégia de internacionalização” é aumentar a visibilidade de ações da universidade. A experiência relatada acima pode não dar a visibilidade desejada.

A partir desse exemplo, é importante retomar a problemática deste trabalho quanto à reprodução da lógica civilizatória europeia, ou seja, o racismo institucional para os alunos negros, não europeus. A reprodução dessa lógica civilizatória foi externalizada pelo

comportamento dos alunos portugueses em relação ao representante negro e brasileiro da instituição, uma vez que a rejeição se deu somente para ele, e não para os alunos europeus.

Um outro assunto que remete às políticas da instituição é a tradição de acolhimento de alunos – as praxes. Mesmo quando se analisam as práticas tradicionais, que não são parte integrante do regimento da instituição, mas que são reconhecidas e legitimadas pela comunidade acadêmica, é possível afirmar que as praxes constituem uma reprodução de atitudes que fortalecem a submissão e o racismo.

Em seu histórico sobre as praxes, Elísio Estanque (2017:25) conclui que a preservação desta prática nos dias atuais fortalece a ideia da tradição enquanto forma de poder:

A lógica de poder e a hierarquia vincada que a praxe reproduz funda-se no princípio puro da “força”, embora permitindo a passagem rápida da submissão para dominação. Seja como for, o mergulho na praxe representa um teste de resistência perante a “autoridade”. Uma autoridade que é a negação da democracia (ofende os direitos individuais) e da meritocracia (o mais veterano é o que teve maior insucesso escolar). É a essa luz que pode compreender-se que os jovens reivindicam “o direito a serem humilhados”.

Esse poder fica explícito, principalmente, para quem fica de fora desses rituais, o que implica restrições, que serão reverberadas na trajetória acadêmica daqueles que a rejeitaram. Isso ficou evidente no depoimento abaixo:

Até um ponto acho que prejudica, porque normalmente esses grupos que se formam já têm, chamam-se padrinhos nas escolas e esses padrinhos fornecem materiais e eles tipo partilham entre eles. E nós prontos, que não entramos nesses grupos, nos prejudicamos um pouco, porque ao invés tipo não tínhamos como um meio de seguir para os nossos estudos e ao invés, uma coisa que nós não estamos aqui, nós poderíamos estudar toda a matéria e o método do professor, é tipo você estudar exames. E nós tipo, no primeiro ano não sabíamos isso, depois, é que graças a deus nós já tínhamos também um grupo do... porque o... é um ano mais velho de mim e ele como participou nisso e era um pouco ligado, ele também já nos dava uns materiais dele (Entrevistada 9).

Segundo outro depoimento, “quem não participa das praxes fica fora da rede” (Entrevistada 10). Dessa maneira, os alunos negros, não portugueses, ao não participarem das redes estudantis, principalmente das praxes, ficam de fora das práticas utilizadas pelos estudantes portugueses para conseguirem boas notas, tornando-se alunos médios. Apesar de nem sempre estas práticas darem certo (caso já apresentado).

Quando se direciona a discussão sobre o discurso oficial da Universidade de Coimbra⁶, que fortalece a ideia de uma universidade multicultural e internacional, as praxes revelam a brecha contraditória, uma excrecência do racismo institucional como forma hegemônica que corresponde à lógica civilizatória da branquitude, que a instituição não consegue esconder.

⁶ A análise institucional utiliza os discursos publicizados da Universidade de Coimbra, principalmente pela sua antiguidade e processo de multicultural, mas as discussões sobre a internacionalização e praxes etc. são recorrentes do discurso institucional do Instituto Politécnico de Lisboa.

A partir dos relatos apresentados nesta pesquisa, é possível pensar como o racismo institucional impacta na vida de estudantes negros, não portugueses, se manifestando de maneira mesclada com a xenofobia e a questão de raça. O racismo institucional age de maneira cotidiana, reforçando o sentimento de inferioridade, insensibilidade, invisibilidade e desprezo. Assim, age de maneira sutil, dissimulada, e, aos poucos, vai discriminando e garantindo a manutenção de uma lógica de superioridade dos estudantes portugueses, brancos. Segundo Patton (2004:63):

Intencionalmente ou não, as universidades podem sinalizar seu conluio com a manutenção a ordem hegemônica da supremacia branca, mesmo quando se articula como “aberta” e muitas vezes é polemicamente conhecido como “liberal” por causa da linguagem cúmplice e ações que na superfície parecem abordar a hegemonia.

Assim, o problema da discriminação se desloca da instituição para os alunos, enquanto desempenho individual, o que reforça comportamentos e adaptação dos estudantes a normativas supostamente isentas, mas que, na prática, reproduzem a lógica civilizatória da branquitude.

Este estudo, ao trabalhar o racismo institucional em três dimensões das relações dos estudantes negros – relação com funcionários e a instituição, relação com os professores e relação com os alunos portugueses –, mostra que apesar dos esforços institucionais em promover a sua vocação internacional, a Universidade de Coimbra ainda mantém uma prática colonizadora em relação, sobretudo, aos estudantes negros não portugueses.

Assim, como evidenciam os depoimentos, os estudantes negros não portugueses entrevistados se sentem discriminados na relação com a instituição pela cobrança diferenciada das propinas, pela indiferença no tratamento de alguns funcionários, pela dificuldade em ter acesso aos materiais didáticos e, conseqüentemente, pela dificuldade em conseguir boas notas, em especial se estiver fora das redes das praxes.

Na relação com alguns dos professores, a questão do racismo fica travestida pela argumentação da deficiência cognitiva, principalmente em relação às dificuldades no domínio da “língua portuguesa culta”. Com efeito, os estudantes negros acabam sendo racializados pela forma de falar e escrever o “pretuguês”. Mesmo nos cursos mais técnicos, a questão formal linguística é muitas vezes sobreposta aos conteúdos disciplinares. Esta marca cognitiva é racializada através de estigmas, como a do “aluno nota dez” (mediano), com a qual os alunos negros são previamente rotulados.

Por fim, os alunos entrevistados ressaltam que toda a vontade inicial de se integrar com os professores é, com o tempo desestimulada, pois sentem que suas contribuições são desprezadas por alguns docentes.

No seu cotidiano escolar, também são ignorados pelos estudantes portugueses brancos em sala de aula, e quando conseguem a “generosidade” dos seus “colegas” aceitarem a sua

participação nas atividades em grupo, são invisibilizados e geralmente sua contribuição é desconsiderada. Para alguns destes estudantes negros estrangeiros que vivenciam o relacionamento com alunos portugueses na moradia estudantil, o sentimento de isolamento faz com que procurem seus pares, o que reforça a noção de não integração.

Assim, com o passar do tempo, a universidade acaba fortalecendo não a integração dos estudantes negros estrangeiros, mas o seu isolamento em guetos, o que reforça também a discriminação e o racismo. A noção de uma instituição internacional e diversa fica comprometida, como pontua Patton (2004:70):

É impressionante essa discussão sobre o significado de maior diversidade e ampliação da participação para práticas no ensino superior está apenas começando. Para debater adequadamente diferença que precisaríamos olhar para as práticas de rotina do ensino superior, incluindo aquelas suposições sobre talento, habilidade, motivação, excelência e a natureza do currículo, que estão implicados na preservação de estruturas de desigualdade. [...] Isto é especialmente verdade em áreas que são definidas como técnicas ou científicas e, portanto, o status de objetividade neutra.

A partir desses depoimentos, é necessário que a universidade, através de suas políticas de internacionalização, comece a ficar atenta para a questão da invisibilidade do racismo institucional e passe a fazer uma política de inclusão, diversidade e universalização para além do discurso racional, liberal e neutro. A proposta dessa pesquisa não é generalizar, até por ser qualitativa, mas trazer uma preocupação de como as Instituições percebem ou não o racismo, a partir da sua pretensa racionalidade, mesmo que seja apenas um estudante isolado discriminado na sua sala de aula.

Nas narrativas dos alunos entrevistados, percebe-se que as formas de discriminação racial dentro do espaço acadêmico estão travestidas pelo formalismo, pela indiferença e pelo pré-julgamento das capacidades cognitivas dos alunos negros e não portugueses.

Referências

- ALMEIDA, Silvio (2019), *Racismo estrutural*. Editora Jandaíra. Edição do Kindle.
- ARAÚJO, Marta (2018), “As narrativas da indústria da interculturalidade (1991-2016): Desafios para a educação e as lutas anti-racistas”. *Investigar em Educação*, n. 7, pp. 9-35.
- ARAÚJO, Marta (2020), “Censo 21 – ‘Raça’, enterrada viva”. *Revista Manifesto: Temas sociais e políticos*, v. 4, n. 2, pp. 71-5.
- ARAÚJO, Marta; R. MAESO, Silvia (2019), “O poder do racismo na academia: produção de conhecimento e disputas políticas”, in: B. S. Santos e B. S. Martins (orgs.), *O Pluriverso dos Direitos Humanos: A diversidade das lutas pela dignidade*. Lisboa, Edições 70.
- BORGES, Camila Delatorre; SANTOS, Manoel Antônio dos, (2005), “Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites”, *Rev. SPAGESP*, v. 6, n. 1, Ribeirão Preto jun.

- CABECINHAS, Rosa (2008), “Racismo e xenofobia”, *Comunicación e Cidadanía*, v. 2.
- CARMICHAEL, Stokely e HAMILTON, Charles V. (1967), *Black power: the politics of liberation in America*. New York, Vintage.
- CLEGG, Sue et al (2003), “Racialising Discourses in Higher Education”. *Teaching in Higher Education*, v. 8, n. 2, pp. 155-68.
- COSTA, Sergio (2006), “Paradoxos do anti racismo: estudos raciais e seus críticos”, in S. C. da Costa. *Dois Atlânticos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 195-2013.
- ESTANQUE, Elísio (2017), “A ‘praxis’ do ‘trote’: breve etnografia histórica dos rituais estudantis de Coimbra”. *Revista de Sociologia e Antropologia*, v. 7, n. 2, pp. 429-58.
- FREYRE, Gilberto (1933), *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Schimidt.
- GOLDBERG, David T. (2002), *The racial state*. Oxford: Blackwell.
- GONZALEZ, Lélia. (1988), “A categoria político-cultural de amefricanidade”. *Tempo Brasileiro*, n. 92/93, p. 69-82. Disponível em <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf> [Consult. set. 2021].
- GUIMARÃES, A. S. A. (2005), *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34.
- HESSE, Barnor (2004), “Discourse on Institutional Racism: the genealogy of a concept”, in Ian Law, Deborah Phillips and Laura Turney (eds.), *Institutional Racism in Higher Education*, Stoke on Trent: Trentham Books.
- LAHIRE, Bernard (2001), *O homem plural: as molas da ação*. Lisboa, Instituto Piaget.
- LAHIRE, Bernard (2004), *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre, Artmed.
- LAHIRE, Bernard (2005), “Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 49, pp.11-42.
- LENTIN, Alana (2008), “Europe and the Silence about Race”. *European Journal of Social Theory*, v. 11, n. 4.
- MATOS, Cristina; ARAÚJO, Marta (2016), “Tempos e contratempos do (anti)racismo no Brasil e em Portugal: uma introdução”. *Revista de Ciências Sociais*, n. 44, pp. 13-25
- MELLO, Luiz. (2021), “Ações afirmativas para pessoas negras na pós-graduação: ausências, propostas e disputas”. *Argumentos*, v. 18, n. 1, pp. 94-126.
- MOTA, Carlos Guilherme (1977), “Cristalização de uma ideologia: a ‘cultura brasileira’”, in: C. G. Mota. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo, Ática, pp. 53-74.
- PATTON, Tracey O. (2004), “In the guise of civility: The complicitous maintenance of inferential forms of sexism and racism in higher education”. *Women's Studies in Communication*, v. 27, n. 1, pp. 60-87.
- PEREIRA, Amílcar; ARAÚJO, Marta (2017), “Raça, História e Educação no Brasil e em Portugal: desafios e perspectivas”. *Educação & Realidade*, v. 42, n. 1, pp. 139-60.

PORTUGAL. *Decreto-Lei n.º 393-A/99*. Disponível em <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/393-a-1999-159114>.

RULLI, Daniela Sessino (2019), Ações-afirmativas em Portugal comparado ao direito brasileiro. *Jusbrasil*. [Consult. 10-02-2020]. Disponível em encurtador.com.br/gkRW4.

QUIJANO, Anibal (2009), “Colonialidade do poder e classificação social”, in B. S. Santos e M.P. Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina/ CES.

VALA, Jorge; BRITO, Rodrigo; LOPES, Diniz (2015), *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa, ICS. Imprensa de Ciências Sociais.

WEBER, Max (2001), “Conceitos sociológicos fundamentais”, in M. Weber. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 2. São Paulo, Cortez, 2001.

Abstrat

The purpose of this article is to present the results of the research project on the trajectories of black students at the University of Coimbra and the Polytechnic Institute of Lisbon. The project addresses the school situations experienced by these students, in order to identify the difficulties or facilities they encountered when seeking to enter the educational process, in addition to possible occurrences of restrictions or institutional racism. The methodology developed in the research was qualitative, based on the students' life trajectories. Data were collected through scripted and semi-structured interviews, focusing mainly on the dispositions triggered by the actors to guarantee their school and student space. In terms of theoretical conceptual construction, the idea of institutional racism was mobilized. In the narratives of the students interviewed, it is clear that the forms of racial discrimination within the academic space are disguised by formalism, indifference and pre-judgment of the cognitive abilities of black and non-Portuguese students.

Keywords: Institutional racism; Black students; University Coimbra.

Resumen

El objetivo de este artículo es presentar los resultados del proyecto de investigación, sobre las trayectorias de los estudiantes negros en la Universidad de Coímbra y el Instituto Politécnico de Lisboa. El proyecto aborda las situaciones escolares vividas por estos estudiantes, con el fin de identificar las dificultades o facilidades que encontraron al buscar ingresar al proceso educativo, además de posibles ocurrencias de restricciones o racismo institucional. La metodología desarrollada en la investigación fue cualitativa, basada en las trayectorias de vida de los estudiantes. Los datos fueron recolectados a través de entrevistas guionadas y semiestructuradas, enfocándose principalmente en las disposiciones desencadenadas por los actores para garantizar su espacio escolar y estudiantil. En cuanto a la construcción conceptual teórica, se movilizó la idea de racismo institucional. En las narrativas de los estudiantes entrevistados, es claro que las formas de discriminación racial dentro del espacio académico están disfrazadas de formalismo, indiferencia y prejuicio de las capacidades cognitivas de los estudiantes negros y no portugueses.

Palabras clave: Racismo institucional; Estudiantes negros; Universidad de Coimbra.
